

TENTATIVAS DE SILENCIAR MULHERES FEMINISTAS: REVISÃO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE ANTIFEMINISMO NA INTERNET

*ATTEMPTS TO SILENCE FEMINIST WOMEN:
REVIEW OF SCIENTIFIC PRODUCTION ON ANTI-FEMINISM ON THE INTERNET*

DOI: <https://doi.org/10.16891/2317-434X.v11.e2.a2023.pp1992-2001> Recebido em: 14.02.2023 | Aceito em: 24.06.2023

Caroline Matos Romio^{a}, Adriane Roso^a*

*Universidade Federal de Santa Maria^a
E-mail: carol.matosr@gmail.com

RESUMO

Na atualidade, para que a democracia seja operante, é necessário que a internet agregue diversas perspectivas ao discurso público, sem excluir grupos ou vozes. Em oposição a essa proposição, ataques sistemáticos a mulheres feministas têm ocorrido no ambiente on-line, podendo causar o silenciamento dessas mulheres. Objetivamos compreender como se configura a violência contra mulheres feministas na internet. Para tanto, desenvolvemos uma revisão integrativa que sistematizou e categorizou as produções científicas internacionais de 2016 a 2021 publicadas nos portais: Periódicos CAPES, SCIELO e Web of Science. Os estudos sinalizam que a maior parte das mulheres autodeclaradas feministas que atuam na internet sofre violência. Esses ataques costumam ter impactos na saúde psíquica das mulheres, além de objetivarem intimidar a participação de todas as mulheres na internet, essencialmente eles surgem como um contramovimento que visa a deslegitimar os movimentos de equidade de gênero e cercar os espaços de debate democrático. Esses ataques podem ser organizados por grupos de homens masculinistas que costumam se beneficiar das estruturas tecnológicas das redes sociais para perpetrar violências.

Palavras-chave: Feminismo; Violência; Internet.

ABSTRACT

Nowadays, for democracy to be operating, it is necessary that the Internet adds several perspectives to public discourse, without excluding groups or voices. In opposition to this proposition, systematic attacks on feminist women have occurred in the online environment, which can cause the silencing of these women. We aim to understand how violence against feminist women is configured on the Internet. To this end, we developed an integrative review that systematized and categorized the international scientific productions from 2016 to 2021 published on the portals: CAPES Journals, SCIELO and Web of Science. Studies indicate that most self-declared feminist women who work on the Internet suffer violence. These attacks usually have impacts on women's psychic health, in addition to aiming to intimidate the participation of all women on the Internet, essentially they emerge as a countermovement that aims to delegitimize gender equity movements and to surround the spaces of democratic debate. These attacks can be organized by groups of masculinist men who often benefit from the technological structures of social networks to perpetrate violence.

Keywords: Feminism; Violence; Internet.

INTRODUÇÃO

A internet tem suas origens na parceria entre universidades e centros de investigação militares norte-americanos, tendo sido desenvolvida como tecnologia para a guerra, no contexto da Guerra Fria nos Estados Unidos. Aos poucos ela foi aberta à colaboração ao nível internacional, quando voluntários se dedicaram à construção de uma rede que possibilitasse novas formas de compartilhamento de dados (CASTELLS, 2003), o que tornou esse dispositivo uma potência difusora de ideias, representações e atitudes

Considerando esse potencial, a internet configura-se como território central para os debates políticos e consolidação das disputas democráticas na atualidade. No entanto, uma inclusão digital equitativa, voltada para a ação social e cidadã, que não seja permeada por violências e restrita ao consumo, ainda é um grande desafio. Isso porque as redes estão suscetíveis às disputas de poder e às tensões políticas que compõe a sociedade.

Segundo estudo do Fórum de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019), a violência contra as mulheres no Brasil ocorreu em 8,2% dos casos na internet em 2019. Para Debbie Ging e Eugenia Siapera (2018), a violência contra mulheres na internet gera sofrimento psicológico, pode ocasionar danos profissionais, de reputação, e, em alguns casos, riscos físicos. Também, torna a internet um ambiente inseguro, desigual e menos inclusivo para as mulheres e meninas.

Uma forma particular de violência contra as mulheres através de ferramentas on-line é o ataque às mulheres feministas (JANE, 2014). Esses ataques visam a silenciar as mulheres, impedir a pluralidade de vozes e limitar o uso das ferramentas digitais para fins democráticos. Ainda, eles podem ter impactos subjetivos diretos para aquelas que sofrem ataques, e, também, são capazes de limitar a atuação social das mulheres em geral na internet, que se veem intimidadas ao observar os ataques, e podem diminuir o engajamento em movimentos políticos.

Isso ocorre em um contexto em que as atividades on-line têm exercido função significativa no fortalecimento de comunidades, debates e teorias

feministas. A observação das dinâmicas da internet sugere que mulheres que defendem pontos de vista feministas são particularmente alvo de abusos on-line (MATOS, 2018). Nesse sentido, em 2012, Helen Lewis, jornalista britânica, tuitou o que ficaria conhecido como Lei de Lewis, que diz que são os comentários presentes em qualquer artigo sobre feminismo na internet que justificam a existência do feminismo (KRUSCHEK, 2019). Isso pode indicar para dois efeitos dos comentários, um se refere ao sofrimento provocado nas feministas pelos ataques, o outro é que esses comentários fortalecem a mobilização de luta por respeito e reconhecimento das feministas.

Diante disso, apresentamos os resultados de uma revisão integrativa cujo objetivo geral foi compreender como se configura a violência contra mulheres feministas na internet. Para contemplar o objetivo, sistematizamos os dados produzidos de 2016 a 2021 por artigos que envolviam esta temática.

MÉTODO

O presente estudo consiste em uma revisão integrativa da produção científica desenvolvida e divulgada por meio de artigos em periódicos científicos sobre a violência contra mulheres feministas na internet. Está inserido em um projeto de pesquisa de doutorado *Mulheres Feministas: Problematizando Violências na Internet* (Roso, 2019), o qual tem vínculo com o projeto de nível superior (Politics of Reproduction in the Cyberworld: Studies on Contraceptive Technologies, (In)fertility, and Social Representations of Masculinities/Femininities), ambos projetos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria¹.

A escolha pela revisão integrativa se deve ao fato de que ela permite sintetizar os resultados de pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. As revisões integrativas são o tipo mais amplo de revisão de pesquisa e permitem a inclusão simultânea de pesquisas experimentais e não experimentais, bem como a combinação de estudos produtores de dados teóricos e empíricos. Isso possibilita desde a definição de conceitos até a análise metodológica das pesquisas já desenvolvidas sobre a temática

¹Registro no CAEE (20532119.4.0000.5346 e 53383121.1.0000.5346) respectivamente.

(WHITTEMORE; KNAF, 2005). Desse modo, a operacionalização do estudo contou com as seguintes etapas: definição do objetivo de pesquisa, seleção de critérios para a pesquisa dos artigos, exibição dos dados, comparação dos dados e, por fim, desenho de conclusão dos dados, quando os artigos foram integrados aos referenciais (WHITTEMORE; KNAF, 2005) da vertente marxista do feminismo, buscando ampliar a compreensão do fenômeno estudado.

A seleção dos artigos foi realizada no primeiro trimestre de 2022, nas seguintes bases de dados: SciELO, Periódicos CAPES e Web of Science. Para a busca foram utilizados, no assunto, os seguintes descritores, e seus correspondentes em inglês: antifeminismo; feminismo AND redes sociais; ciberfeminismo AND violência.

Na ocasião da coleta de dados da pesquisa, as bases de dados revelaram um total de 1.015 artigos. Estes artigos foram submetidos aos seguintes critérios de inclusão: aparecer como resultado na correlação entre os descritores e estar escrito em inglês, espanhol ou português. Foram excluídos aqueles que tivessem sido publicados antes de 2016, que não fossem artigos, que estivessem duplicados e aqueles cujo conteúdo do resumo não correspondesse ao objetivo da pesquisa. Isso resultou em um total de 33 artigos que foram utilizados para a presente análise (ALBENGA; BISCARRAT, 2021; BARKER; JURASZ, 2019; BERNARDEZ-RODAL; REY; FRANCO, 2020; BEYER; LACH; SCHNABEL, 2020; BONET-MARTÍ, 2020b, 2020a; BRATICH; BANET-WEISER, 2019; CERNA, 2020; EDSTRÖM, 2016; FERNANDES; SANTOS, 2020; GING, 2019; GOTELL; DUTTON, 2016; GUTIÉRREZ ALMAZOR; PANDO CANTELI; CONGOSTO, 2020; HARDESTY; GIRONDA; BELLEAU, 2019; HERRERO-DIZ; PÉREZ-ESCOLAR; PLAZA SÁNCHEZ, 2020; JANE, 2017; JARVIS; EDDINGTON, 2021; JONES; TROTT; WRIGHT, 2020; LEWIS; ROWE; WIPER, 2017; LOPEZ; MULDOON; MCKEOWN, 2019; MARTÍNEZ, 2021; MARTINS; LORENSET; STEFFEN, 2021; MARWICK; CAPLAN, 2018; MASSANARI, 2017; REMÓN; MEDINA-BRAVO, 2018; RINGROSE, 2018; SALTER, 2016; SOTO; SÁNCHEZ, 2019; VAN VALKENBURGH, 2019; VILLAR AGUILÉS; PECOURT GRACIA, 2020; DICKEL; EVOLVI, 2022. WIGDOR; MAGALLANES, 2018; WOJNICKA, 2016).

Exibição e comparação dos dados Características Gerais dos Artigos

A publicação dos artigos se concentrou especialmente no ano de 2020 com 12 artigos, seguido do ano de 2019 com 7 produções. A revista que mais publicou artigos associados a temática foi International Journal for Crime, Justice and Social Democracy em um editorial dedicado a estudos que objetivaram compreender os movimentos de resistência ao feminismo, três artigos focaram nessa resistência desenvolvida no ambiente da internet (EDSTRÖM, 2016; GOTELL; DUTTON, 2016; WOJNICKA, 2016; DICKEL; EVOLVI, 2022.).

A maior parte dos estudos foram desenvolvidos no norte global, a exceção se deve a pesquisas que consideraram a realidade da Austrália (SALTER, 2016), do Chile (SOTO; SÁNCHEZ, 2019), do México (CERNA, 2020), da Argentina (WIGDOR; MAGALLANES, 2018) e do Brasil (FERNANDES; SANTOS, 2020; MARTINS; LORENSET; STEFFEN, 2021). Devido ao fato da internet possibilitar uma abordagem não limitada geograficamente, muitos estudos se dedicam a compreender a realidade de espaços na internet que utilizam a língua inglesa, não se restringindo a um país específico (GING, 2019; JANE, 2017; JARVIS; EDDINGTON, 2021; JONES; TROTT; WRIGHT, 2020; LOPEZ; MULDOON; MCKEOWN, 2019; MARTÍNEZ, 2021).

Por se dedicarem a um fenômeno ainda pouco explorado, alguns estudos propõe abordagens metodológicas inovadoras como ciber-etnografia (GOTELL; DUTTON, 2016), netnografia (FERNANDES; SANTOS, 2020; MARTÍNEZ, 2021) e observação participante de ambientes na internet (MASSANARI, 2017), também, análises críticas dos discursos coletados em espaços na internet (BONET-MARTÍ, 2020b; MARWICK; CAPLAN, 2018; VAN VALKENBURGH, 2019) e a análise crítica associada com a análise gráfica para a compreensão dos discursos produzidos nas mídias sociais (GUTIÉRREZ ALMAZOR; PANDO CANTELI; CONGOSTO, 2020). A maior parte dos estudos se dedica a abordagem empírica, apenas seis estudos se referem ao levantamento teórico sobre o tema (ALBENGA; BISCARRAT, 2021; BARKER; JURASZ, 2019; BONET-MARTÍ, 2020a; BRATICH; BANET-WEISER, 2019; EDSTRÖM, 2016;

SALTER, 2016).

Os artigos sinalizam que há uma lacuna nas produções acadêmicas sobre violência contra mulheres feministas na internet, além disso, o tema não possui uma literatura teórica consistentemente desenvolvida até o momento (BEYER; LACH; SCHNABEL, 2020; REMÓN; MEDINA-BRAVO, 2018). O que não é compatível com a urgência de atenção que o tema demanda, uma vez que o ambiente da internet tem se mostrado hostil para as mulheres feministas.

Antifeminismo: Contornos da hostilidade e estratégias de violência

Como apresentado na introdução, a violência na internet é mais uma das múltiplas formas de violências de gênero que as mulheres podem sofrer durante a vida. Fazem parte do continuum da violência que têm natureza sistêmica (ALBENGA; BISCARRAT, 2021). Segundo Inés Remón e Pilar Medina-Bravo (2018), as mídias sociais podem se tornar espaços dedicados à disseminação da violência contra as mulheres, especialmente quando elas se identificam como feministas ou promovem os princípios do feminismo.

Como definição, o antifeminismo é um contramovimento que se sustenta na contradição às ideias, políticas e pessoas que compõem o movimento feminista, conforme Jode Bonet-Martí (2020b). No entanto, o antifeminismo não propõe seu próprio aparato argumentativo sistemático e autônomo, ele se posiciona de forma reacionária na tentativa de ridicularizar e deslegitimar as causas dos grupos feministas. Sua estratégia comunicativa visa relativizar e criticar os slogans e denúncias dos movimentos feministas (WIGDOR; MAGALLANES, 2018).

Pode se expressar através da hostilidade com o avanço dos direitos das mulheres, na crença de que o patriarcado não existe ou que seu impacto na sociedade

tem sido insignificante, e, também, a crença equivocada de que o feminismo e suas defensoras buscam oprimir os homens, através de uma falsa equivalência entre feminismo e misandria. Outro ponto importante do antifeminismo é deslegitimar as mulheres como vítimas de violências estruturais (GOTELL; DUTTON, 2016; MARWICK; CAPLAN, 2018; WIGDOR; MAGALLANES, 2018).

Podemos dizer que múltiplas estratégias de violência são utilizadas para intimidar a mulher feminista que atua nas redes, ela pode ser alvo de assédio on-line; assédio sexual; ameaças de violência física; ameaças de violência sexual; *stalking*²; *flaming*³; *trolling*⁴; *pharming*⁵; *swatting*⁶; *Google-bombing*⁷; sabotagem eletrônica; roubo de identidade; difamação; incitação para outras pessoas serem abusivas ou ameaçadoras com ela; entre outras formas que constituem mecanismos de coerção sistemáticos (LEWIS; ROWE; WIPER, 2017; MARTÍNEZ, 2021).

Em um estudo pioneiro realizado no Reino Unido, 88% das mulheres que usam o Twitter regularmente para debates feministas relataram sofrer violência, no Facebook 60% delas foram alvo de violência, 46% das usuárias regulares de blogues e 29% das usuárias de sites de notícias também foram vítimas. Entre as entrevistadas, 40% foram vítimas de assédio sexual e 37% sofreram ameaças de violência sexual. O estudo também observou que a intensidade dos ataques é proporcional a frequência (em horas) de uso da internet pelas mulheres (LEWIS; ROWE; WIPER, 2017).

Outro estudo, corrobora os dados a partir de feministas e ativistas chilenas. Segundo as mulheres entrevistadas, 71,2% declararam expressamente terem sido vítima de violência na internet. Ao serem questionadas se mulheres que se posicionam como feminista ou ativista estão mais expostas à violência cibernética, 97,5% responderam afirmativamente. A maioria das agressões foram através de comentários de

² Quando alguém procura e compila informações de uma pessoa para utilizar contra ela (LEWIS; ROWE; WIPER, 2017).

³ Postagem de material deliberadamente hostil ou inflamatório para humilhar ou provocar outra pessoa (LEWIS; ROWE; WIPER, 2017).

⁴ Postura adotada para desestabilizar um debate, buscando provocar ou enfiar os debatedores (LEWIS; ROWE;

WIPER, 2017).

⁵ Redirecionar o domínio de uma pessoa para outra página (MARTÍNEZ, 2021).

⁶ Realizar chamadas falsas para serviços de emergência com os dados de outra pessoa (MARTÍNEZ, 2021).

⁷ Alterando os resultados do índice de pesquisa no Google (MARTÍNEZ, 2021).

ódio com provocações, insultos, humilhações, sendo seguidos por ameaças. Das mulheres entrevistadas, 1,7% afirmaram que os ataques passaram do plano virtual para o físico (SOTO; SÁNCHEZ, 2019).

Quanto aos promotores do antifeminismo na internet, estudo indica que a maioria das pessoas que apresentam essas declarações tende a possuir valores conservadores, incluindo altas preferências por sistemas de governo autoritários e líderes fortes. Além disso, essas pessoas possuem descrença nas instituições políticas (democráticas e liberais) e alta aceitação da ordem hierárquica da sociedade baseada na separação entre grupos dominantes e subordinados (BEYER; LACH; SCHNABEL, 2020).

Os artigos sinalizam para a existência de articulação entre os movimentos antifeministas, as expressões de racismo e homofobia, os movimentos nacionalistas, os movimentos anti-migratórios e os movimentos populistas radicais de direita na internet (BONET-MARTÍ, 2020a, 2020b; BRATICH; BANET-WEISER, 2019; GING, 2019; GUTIÉRREZ ALMAZOR; PANDO CANTELI; CONGOSTO, 2020). Considerando a correlação entre conservadorismo e antifeminismo, embora a violência on-line seja usualmente compreendida como uma questão de pessoas isoladas que atuam individualmente engajadas em comportamentos violentos, os estudos sinalizam que há articulação de grupos para encorajar, promover e realizar ataques na internet e para disseminar ideias antifeministas (GING, 2019; GOTELL; DUTTON, 2016; JANE, 2017; JARVIS; EDDINGTON, 2021; JONES; TROTT; WRIGHT, 2020; MARWICK; CAPLAN, 2018; MASSANARI, 2017; SALTER, 2016; VAN VALKENBURGH, 2019; WOJNICKA, 2016).

Entre os atacadores, os masculinistas

Aqui cabe descrevermos o movimento dos homens que atua na conhecida *manosfera* e que é articulador costumaz, embora não exclusivo, dos ataques de ódio contra feministas. A *manosfera* é a junção de comunidades de mídia social, como Movimento Pelos Direitos dos Homens, *Pickup Artists*⁸ (PUA), *Men Going Their Own Way* (MGTOU), *Incels*⁹, Ativistas pelos

Direitos dos Pais, entre outros, vagamente unificadas por uma visão de mundo antifeminista. Eles compartilham a crença central de que as mulheres dominam a sociedade, que este fato é suprimido pelas feministas e por políticas injustas, e que os homens devem lutar contra uma cultura centrada na misandria para protegerem sua existência (JONES; TROTT; WRIGHT, 2020; MARWICK; CAPLAN, 2018; MASSANARI, 2017; VAN VALKENBURGH, 2019).

Um termo usual para definir essas crenças é o masculinismo, que consiste na articulação dos homens para conter a influência do feminismo e revalorizar a masculinidade como resposta ao sofrimento que os homens estariam vivendo na atualidade devido ao avanço dos direitos das mulheres. Por essa articulação ocorrer em oposição ao feminismo, podemos entendê-la como um contramovimento reacionário, que surge em resposta a diminuição do status social dos homens brancos, cisgênero e heterossexuais (BONET-MARTÍ, 2020a; GING, 2019; GOTELL; DUTTON, 2016; MARWICK; CAPLAN, 2018; VAN VALKENBURGH, 2019; WIGDOR; MAGALLANES, 2018; WOJNICKA, 2016).

Os grupos masculinistas compartilham conteúdo com forte apelo imagético e sentimental na *manosfera*, que é constituída por blogues, sites, fóruns de discussão e plataformas de bate-papo. Esse conteúdo costuma centrar-se contra o progresso social e os movimentos identitários, ao mesmo tempo cultivando uma retórica ultraconservadora sobre a sociedade. Eles também objetivam promover definições essencialistas de feminilidade e masculinidade, com viés misógino, utilizando ideias da filosofia, psicologia evolucionista e do naturalismo diferencial (JARVIS; EDDINGTON, 2021; WOJNICKA, 2016).

Pelas perspectivas masculinistas, o feminismo não é apenas um ataque aos direitos políticos e sociais dos homens, mas, a criação de uma ordem social que é contrária à natureza biológica do homem e, portanto, destrutiva para seu bem-estar físico e emocional (SALTER, 2016). Por estar longe do modelo político tradicional de consensos e debates racionais, os masculinistas aderem a uma nova política da emoção individualista, carregada de fluidez e criatividade

⁸ Homens que se consideram especialistas, a partir de técnicas de manipulação, em atrair e seduzir mulheres.

⁹ Consiste na abreviação de celibatários involuntários.

(BONET-MARTÍ, 2020b; GING, 2019).

Dentre os masculinistas, os Incels, obtiveram a atenção da grande mídia após alguns de seus membros estarem associados a atentados extremamente violentos, como é o caso dos assassinatos de Isla Vista em 2014 perpetrados por Elliot Rodger, o ataque de van em Toronto causado por Alek Minassian em 2018 (BRATICH; BANET-WEISER, 2019; GING, 2019; JONES; TROTT; WRIGHT, 2020; MARTÍNEZ, 2021; MARWICK; CAPLAN, 2018). Ainda, no caso do massacre de Breivik, em que ele assassinou 41 mulheres e 36 homens na Noruega em 2011, há grupos que se intitulam de Breivik Fanclub, na manosphere, e compartilham do posicionamento misógino do autor dos assassinatos (EDSTRÖM, 2016). Os assassinatos, além de demonstrarem que a violência não se restringe aos limites da internet, sinalizam que os discursos antifeministas estão adquirindo características extremamente violentas.

Impactos para as mulheres

Segundo os artigos estudados, ser vítima de violência antifeminista pode ter impacto emocional significativo. Segundo Ruth Lewis et al. (2017), 26% das feministas que sofreram ataques antifeministas consideraram essa experiência traumática e os pensamentos associados à violência foram invasivos e constantes. Ainda, 36% consideraram que a violência teve impacto significativo, mas confiam que isso irá passar. As demais 39% normalizaram a experiência de violência. Essa normalização pode ser uma estratégia emocional para lidar com os abusos on-line, no entanto, sinaliza para as dinâmicas sociais violentas na rede que se sustentam na banalização de ameaças de morte e estupro. Um dado significativo é que, apesar dos impactos emocionais negativos, 54% das entrevistadas concordaram que isso as tornava mais determinadas nas suas opiniões políticas, o que demonstra que ainda que tentem, as violências não limitam a motivação para participação política das mulheres.

Os artigos sinalizam para uma continuidade entre as violências da internet e fora dela. No entanto, frequentemente, a misoginia on-line é banalizada como mera brincadeira que as mulheres deveriam suportar como o preço de poderem participar do espaço digital. Essas respostas e atitudes são ainda mais preocupantes quando

vêm não apenas dos abusadores e das comunidades on-line, mas também da polícia, da justiça, da política e das plataformas digitais (BARKER; JURASZ, 2019; EDSTRÖM, 2016; GOTELL; DUTTON, 2016; WOJNICKA, 2016).

A violência on-line contra mulheres feministas é facilitada pelo advento das mídias sociais e dos espaços de comentários em artigos de notícias, que permitem às pessoas apresentarem suas opiniões sem restrições, onde a identidade, o corpo e o status socioeconômico podem ser apagados ou inventados, e onde as sanções legais e a culpabilidade moral são radicalmente reduzidas, ou inexistentes. Nesse cenário, tornou-se mais possível bradar discursos de ódio (BONET-MARTÍ, 2020b; EDSTRÖM, 2016; GING, 2019; LEWIS; ROWE; WIPER, 2017).

Desenho de conclusão dos dados

A história das mulheres é marcada pelos movimentos de resistência à violência. Isso porque o patriarcado configura um sistema social sustentado no desenvolvimento de tecnologias de violência e o uso dessas tecnologias para apropriação e submissão dos corpos, do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres. Na denúncia e enfrentamento a esse sistema, o feminismo ocupa lugar de destaque e, por isso, as feministas tendem a sofrer dupla violência, enquanto mulheres e enquanto denunciantes desse sistema.

Dessa forma, para avançarmos as teorias no que concerne à violência antifeminista na internet, consideramos importante a contribuição advinda da vertente marxista do feminismo. Essa vertente reconhece que as opressões que se engendram na vida dos sujeitos são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de sexo, raça e classe, que de forma dialética configuram tanto a dimensão da desigualdade social, como a sua resistência política (CISNE, 2018).

Segundo Silvia Federici (2010, 2017, 2018), as inequidades de gênero derivam do capitalismo que é patriarcal. Isso porque, para o estabelecimento do capitalismo foram necessários métodos de acumulação primitiva sustentados na desigualdade de gênero. Entre esses métodos, o modelo capitalista lançou mão do desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho, que se legitimou através da construção de uma ordem

patriarcal, associando a subsistência das mulheres a subordinação aos homens. Isso ocorreu junto à mecanização dos trabalhadores, transformando as mulheres em máquinas de produção de novos trabalhadores.

Para o estabelecimento desses métodos foi necessária a desvalorização das mulheres, que tiveram suas vidas, seus corpos e seus conhecimentos associados ao que era demoníaco e foram perseguidas, torturadas e mortas, devido a caça às bruxas promovida pelo Estado e pela Igreja. O capitalismo em sua história, assim como na sua ampliação no presente, se sustenta na expulsão de camponeses de sua terra, nas guerras, na exploração dos recursos naturais e na degradação das mulheres (FEDERICI, 2010, 2017, 2018).

Ao pensarmos o levantamento realizado nesse estudo, observamos que o antifeminismo na internet constitui uma nova tecnologia de violência utilizada para a degradação das mulheres e da sua luta. Para tanto ele se articula como contramovimento que se sustenta na oposição às feministas e ao feminismo, em suas ideias e estratégias políticas. Embora possua íntima relação com a misoginia, machismo e sexismo, possui maior sofisticação na sua articulação e adaptabilidade ao momento social e histórico em que vivemos.

Por ser uma tecnologia de violência, o antifeminismo na internet busca coagir, amedrontar, intimidar, humilhar, assediar, ameaçar e agredir, associando estratégias já utilizadas no ambiente off-line com suas adaptações para o ambiente on-line, o que faz com que os ataques adquiram grandes proporções. As adaptações incluem invasão de computadores, roubos de dados e identidade, distribuição ilegal de dados, ataques massivos (que incluem atuação de muitas pessoas e robôs). À medida que as redes sociais digitais desenvolvem novas ferramentas há algum nível de atualização nos tipos de ataques.

Retomando a caça às bruxas já mencionada, a violência contra as mulheres não desapareceu com o seu fim, pelo contrário, ela foi naturalizada (FEDERICI, 2018). Nesse sentido, frequentemente as mulheres costumam ser alvos de violência, especialmente por suas habilidades de reprodução, de manutenção da história, pela sua habilidade de articulação de redes e pelo questionamento de regras que se impõe sobre seus corpos e suas vidas.

Quando pensamos que feministas na internet estão se dedicando ao conjunto dessas atividades entendemos que elas sejam ainda mais visadas como alvos de violência. Essa violência precisa ser compreendida em seus aspectos estruturais, nas dinâmicas das instituições seja o Estado, a escola, a religião, a família, mas também é necessário reconhecer a legitimidade que foi dada historicamente aos homens de individualmente agirem de modo violento contra as mulheres.

Cabe sinalizarmos que os ataques masculinistas às feministas têm sido constantes e acentuados, e permitem um nível de crueldade e hostilidade que não seriam aceitáveis em outros espaços sociais (JANE, 2014). Dessa forma, podemos supor que o aumento da violência contra feministas na internet objetiva banalizar o ódio contra as mulheres, limitar a participação das mulheres na internet e pode ter um efeito negativo direto para a vítima e indireto para todas as mulheres que acabam observando esses comportamentos e sentindo-se alvo em potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mídias sociais podem se tornar espaços dedicados à disseminação da violência contra as mulheres, especialmente quando essas mulheres se identificam como feministas ou promovem os princípios do feminismo. Diante disso, esse estudo explorou, compilou, apresentou e interrelacionou os dados das pesquisas de 2016 a 2021 que contribuem para a compreensão de como se configura a violência contra mulheres feministas na internet.

A maioria das mulheres feministas que utilizam redes sociais para ações políticas sofrem violência antifeminista. Essas violências antifeministas visam a limitar a participação das mulheres na internet e podem ter efeitos negativos para a vítima direta das violências e para todas as mulheres que passam a sentir-se intimidadas ao ver uma mulher sendo agredida. Esse contexto de insegurança e violência no uso da internet reflete a normalização das desigualdades sociais e o cerceamento da liberdade de expressão das mulheres.

O antifeminismo tem se mobilizado através das redes sociais e objetiva deslegitimar o movimento feminista, além de produzir a propagação de opiniões pessoais carregadas de preconceitos e estereótipos. Os ataques antifeministas podem ser organizados pelos grupos masculinistas. Esses grupos utilizam de um forte

apelo emocional para engajar homens em ataques on-line contra mulheres, especialmente feministas, por entenderem que seus direitos estão ameaçados com a ascensão das ideias e propostas feministas. No cerne desses ataques, está a disputa pelo poder, esses homens reconhecem que a possibilidade de as mulheres produzirem narrativas sobre si, limita a possibilidade de controle deles sobre elas.

Os estudos dedicam-se pouco a compreender o impacto emocional para as mulheres alvo de violência antifeminista, também há poucas referências sobre as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mulheres

feministas. Embora o fenômeno da violência contra feministas na internet seja estudado na dinâmica de coletividade dos agressores – masculinistas – poucos estudos sinalizam para a coletividade feminista no enfrentamento a essas violências.

Sugerimos que novos estudos sejam desenvolvidos sobre esse fenômeno atual que possui lacunas na sua compreensão. Sugerimos especialmente que se desenvolvam estudos que considerem a realidade das mulheres feministas do sul global e que explorem mais os impactos subjetivos e sociais dessas violências.

REFERÊNCIAS

ALBENGA, V.; BISCARRAT, L. Aproximaciones feministas de la misoginia en redes sociales: una perspectiva francesa. *Investigaciones Feministas*, v. 12, n. 1, p. 57–66, 2021. <https://doi.org/10.5209/infe.69088>

BARKER, K.; JURASZ, O. Online Misogyny: a Challenge for Digital Feminism? *Journal of International Affairs*, v. 72, n. 2, p. 95–113, 2019.

BERNARDEZ-RODAL, A.; REY, P. R.; FRANCO, Y. G. Radical right parties and anti-feminist speech on Instagram: Vox and the 2019 Spanish general election. *Party Politics*, n. October, 2020. <https://doi.org/10.1177/1354068820968839>

BEYER, H.; LACH, M.; SCHNABEL, A. The cultural code of antifeminist communication: Voicing opposition to the ‘Feminist Zeitgeist’. *Acta Sociologica (United Kingdom)*, v. 63, n. 2, p. 209–225, 2020. <https://doi.org/10.1177/0001699318789218>

BONET-MARTÍ, J. Los antifeminismos como contramovimiento: una revisión bibliográfica de las principales perspectivas teóricas y de los debates actuales. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, v. 18, n. 1, p. 61–71, 2020a. <https://doi.org/10.5209/tekn.71303>

BONET-MARTÍ, J. Análisis de las estrategias discursivas empleadas en la construcción de discurso antifeminista en redes sociales. *Psicoperspectivas individuo y sociedad*, v. 19, n. 3, 2020b.

BRATICH, J.; BANET-WEISER, S. From Pick-Up Artists to Incels: Con(fidence) Games, Networked Misogyny, and the Failure of Neoliberalism | Bratich | *International Journal of Communication*. *International Journal of Communication*, v. 13, p. 5003–5027, 2019.

CASTELLS, M. *A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CERNA, D. C. La protesta feminista en México. La misoginia en el discurso institucional y en las redes sociodigitales. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, n. 240, p. 177–205, 2020.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serviço Social & Sociedade*, v. 132, p. 211–230, 2018.

DICKEL, V.; EVOLVI, G. “Victims of feminism”: exploring networked misogyny and #MeToo in the manosphere. *Feminist Media Studies*, 2022.

EDSTRÖM, M. The trolls disappear in the light: Swedish experiences of mediated sexualised hate speech in the aftermath of behring breivik. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, v. 5, n. 2, p. 96–106, 2016. <https://doi.org/10.5204/ijcjsd.v5i2.314>

FEDERICI, S. Feminism and the Politics of the Commons. *Uses of a WorldWind, Movement, Movements, and Contemporary Radical Currents in the United States*, p. 283–294, 2010.

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, S. Mulheres e caça às bruxas. São Paulo: Boitempo, 2018.

FERNANDES, T.; SANTOS, E. Ciberfeminismo e multiletramentos críticos na cibercultura. *Educar em Revista*, v. 36, p. 1–19, 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.76124>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *A Vitimização de Mulheres no Brasil*. 2a edição ed. [s.l.: s.n.].

GING, D. Alphas, Betas, and Incels: Theorizing the Masculinities of the Manosphere. *Men and Masculinities*, v. 22, n. 4, p. 638–657, 2019. <https://doi.org/10.1177/1097184X17706401>

GING, D.; SIAPER, E. Special issue on online misogyny. *Feminist Media Studies*, v. 18, n. 4, p. 515–524, 2018. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1447345>

GOTELL, L.; DUTTON, E. Sexual violence in the “manosphere”: Antifeminist men’s rights discourses on rape. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, v. 5, n. 2, p. 65–80, 2016. <https://doi.org/10.5204/ijcjsd.v5i2.310>

GUTIÉRREZ ALMAZOR, M.; PANDO CANTELI, M. J.; CONGOSTO, M. New approaches to the propagation

of the antifeminist backlash on Twitter. *Investigaciones Feministas*, v. 11, n. 2, p. 221–237, 2020. <https://doi.org/10.5209/infe.66089>

HARDESTY, M.; GIRONDA, C.; BELLEAU, E. P. This is what a #FEMINIST, #ANTIFEMINIST Looks Like? Political Selfies and the Paradox of Giving Voice to Virtual Bodies. *Feminist Formations*, v. 31, n. 2, p. 229–261, 2019.

HERRERO-DIZ, P.; PÉREZ-ESCOLAR, M.; PLAZA SÁNCHEZ, J. F. Gender disinformation: Analysing hoaxes on Maldito Feminismo. *Icono14*, v. 18, n. 2, p. 188–216, 2020. <https://doi.org/10.7195/RI14.V18I2.1509>

JANE, E. A. Back to the kitchen, cunt: Speaking the unspeakable about online misogyny. *Continuum. Feminist Media Studies*, p. 558–570, 2014. <http://dx.doi.org/10.1080/10304312.2014.924479>

JANE, E. A. ‘Dude ... stop the spread’: antagonism, agonism, and #manspreading on social media. *International Journal of Cultural Studies*, v. 20, n. 5, p. 459–475, 2017. <https://doi.org/10.1177/1367877916637151>

JARVIS, C. M.; EDDINGTON, S. M. Disentangling Antifeminist Paradoxes: Alternative Organizing in Antifeminist Online Spaces. *Management Communication Quarterly*, v. 35, n. 1, p. 96–126, 2021. <https://doi.org/10.1177/0893318920972649>

JONES, C.; TROTT, V.; WRIGHT, S. Sluts and soyboys: MGTOW and the production of misogynistic online harassment. *New Media and Society*, v. 22, n. 10, p. 1903–1921, 2020.

KRUSCHEK, G. Stigma in the Comments Section: Feminist and Anti-Feminist Discussions Online. *Computers and Composition*, v. 54, 2019.

LEWIS, R.; ROWE, M.; WIPER, C. Online abuse of feminists as an emerging form of violence against women and girls. *British Journal of Criminology*, v. 57, n. 6, p. 1462–1481, 2017.

LOPEZ, K. J.; MULDOON, M. L.; MCKEOWN, J. K. L.

One Day of #Feminism: Twitter as a Complex Digital Arena for Wielding, Shielding, and Trolling talk on Feminism. *Leisure Sciences*, v. 41, n. 3, p. 203–220, 2019. <https://doi.org/10.1080/01490400.2018.1448022>

MARTÍNEZ, M. H. Feminist Cyber-resistance to Digital Violence: Surviving Gamergate. *Debats*, v. 5, p. 287–302, 2021. <https://doi.org/10.28939/IAM.DEBATS-EN.2020-17>

MARTINS, M. J.; LORENSET, C. C.; STEFFEN, G. T. O discurso antifeminista em memes. *Antares: letras e humanidades*, v. 13, n. 30, p. 3–34, 2021.

MARWICK, A. E.; CAPLAN, R. Drinking male tears: language, the manosphere, and networked harassment. *Feminist Media Studies*, v. 18, n. 4, p. 543–559, 2018.

MASSANARI, A. #Gamergate and The Fapping: How Reddit's algorithm, governance, and culture support toxic technocultures. *New Media and Society*, v. 19, n. 3, p. 329–346, 2017.

MATOS, C. Re-thinking feminism and democratic politics: the potential of online networks for social change and gender equality in Brazil. *Mediapolis: revista de comunicação, jornalismo e espaço público*, n. 7, p. 17–30, 2018.

REMÓN, I. C.; MEDINA-BRAVO, P. Ciberviolencia en la red. Nuevas formas de retórica disciplinaria en contra del feminismo. *Papers. Revista de Sociologia*, v. 104, n. 1, p. 1–27, 2018. <https://doi.org/10.5565/rev/papers.2390>

RINGROSE, J. Digital feminist pedagogy and post-truth misogyny. *Teaching in Higher Education*, v. 23, n. 5, p. 647–656, 2018. <https://doi.org/10.1080/13562517.2018.1467162>

ROSO, A. Politics of Reproduction in the Cyberworld:

Studies on Contraceptive Technologies, (In)fertility, and Social Representations of Masculinities/Femininities (Projeto). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Santa Maria, 2019.

SALTER, M. Men's rights or men's needs? Anti-feminism in Australian men's health promotion. *Canadian Journal of Women and the Law*, v. 28, n. 1, p. 69–90, 2016.

SOTO, C. A. A.; SÁNCHEZ, K. D. V. Internet violence against chilean feminists and other activists. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 3, p. 1–13, 2019.

VAN VALKENBURGH, S. P. “She Thinks of Him as a Machine”: On the Entanglements of Neoliberal Ideology and Misogynist Cybercrime. *Social Media and Society*, v. 5, n. 3, 2019.

VILLAR AGUILÉS, A.; PECOURT GRACIA, J. Antifeminismo y troleo de género en Twitter. Estudio de la subcultura trol a través de #STOPfeminazis. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, v. 18, n. 1, p. 33–44, 2020.

WHITTEMORE, R.; KNAF, K. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005. <https://doi.org/10.1016/j.pmn.2007.11.006>

WIGDOR, G. B.; MAGALLANES, M. L. Argentine hetero-hegemonic masculinism and its strategy from cyberactivism. *Multidisciplinary Journal of Educational Research*, v. 7, n. 1, p. 25–51, 2018. <https://doi.org/10.17583/MCS.2018.2827>

WOJNICKA, K. Masculist groups in Poland: AIDS of mainstream antifeminism. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, v. 5, n. 2, p. 36–49, 2016.